



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Executora do Controle Interno.

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Iconha/ES.

Gestor responsável: Ediana Carla Curitiba – Vereadora – Presidente.

RELACI - Exercício 2023.

1. INTRODUÇÃO

A Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal de Iconha no exercício de 2023 realizou procedimentos de controle, que tem como missão garantir, mediante ações preventivas de orientação, fiscalização e avaliação de resultados, visando princípios fundamentais da Administração Pública, e ainda, pautando-se pela ética e transparência, com o objetivo de exercer o controle interno garantindo o cumprimento das normas quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como, consolidar a transparência e o controle a gestão. Por se tratar de um instrumento de transparência e prestação de contas, destacamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Iconha/ES no ano de 2023.

2. AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

Nesse intuito, foram analisados os pontos constantes da IN 68 de 2020 e suas alterações:

Dos pontos de controle:

1.	Itens de abordagem prioritária.					
1.1.	Gestão fiscal, financeira e orçamentária.					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	De Dispensa – inexigibilidade.	Lei 4.320/64, art. 60	Verificação documental.	32 (proc.)	13 (proc.) nº 016/2023 026/2023 031/2023 043/2023 058/2023 064/2023 086/2023 116/2023 144/2023 242/2023 248/2023 284/2023 291/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.4	Retenção/Repass e das contribuições previdenciárias- parte servidor	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)

1.3. Gestão patrimonial.						
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Relatórios e almoxarifado	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	Consulta bancária	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Verificação documental.	01 (Instituições Financeiras)	01 (Instituições Financeiras): Banestes
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Demonstrativos	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental.	12(meses)	12 (meses)

1.4. Limites Constitucionais e Legais.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Relatório	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Relatório	LC 101/2000, art. 21.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade o ato	Relatório	LC 101/2000, art. 21, Parágrafo único.	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Relatório	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolção do limite – providências / medidas de contenção	Relatório	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Relatório	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Norma municipal	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Norma municipal	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Relatório	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatórios	CRFB/88, art. 29-A.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)

1.5	Demais atos de gestão.					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Verificação documental.	01	01



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

2.	Itens de abordagem complementar.					
2.2.	Gestão fiscal, financeira e orçamentária.					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.31	Despesa – liquidação	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 63.	Verificação documental.	32 (processos)	13 (proc.) nº 016/2023 026/2023 031/2023 043/2023 058/2023 064/2023 064/2023 086/2023 116/2023 144/2023 242/2023 248/2023 284/2023 291/2023
2.2.32	Pagamento de Despesas sem regular liquidação	Licitação Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 62.	Verificação documental.	32 (processos)	13 (proc.) nº 016/2023 026/2023 031/2023 043/2023 058/2023 064/2023 086/2023 116/2023 144/2023 242/2023 248/2023 284/2023 291/2023

2.5	Gestão Previdenciária.					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Relatórios	LC 116/2003, art. 6º Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Verificação documental.	12(meses)	12(meses)
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Relatórios	MCASP e Portarias MPS 403/2008, art. 17	Verificação documental.	12(meses)	12(meses)
2.5.37	Registro de Admissões	Relatório	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

2.6 Demais atos de Gestão.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.1	Pessoal – Função de confiança e cargos de comissão	Relatórios	CFFB/88, art. 37, inciso V.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Relatório	CF/88, art. 37, inciso IX.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
2.6.4	Pessoal – teto	Relatório	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Verificação documental.	12(meses)	12 (meses)
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade e de licitação.	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Verificação documental.	32 (processos)	13 (proc.) nº 016/2023 026/2023 031/2023 043/2023 058/2023 064/2023 086/2023 116/2023 144/2023 242/2023 248/2023 284/2023 291/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

DO PARECER DO CONTROLE INTERNO

A Controladoria exerceu efetivamente sua atividade por meio de verificações/comparações de conformidade de documentos, normas, processos, além de outras manifestações.

No que se refere à legalidade dos atos da gestão orçamentária, financeira no que diz respeito às contas do Poder Legislativo, durante o exercício de 2023, representa, adequadamente, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados.

No que se refere à legitimidade, economicidade, eficácia e demais princípios que devem nortear os atos do presidente da Câmara Municipal, e tendo como base os pontos de controle validados e apresentados neste relatório, não foram encontradas inconformidades.

Ressalvamos que nossa opinião sobre as demonstrações contábeis se restringem a composição das presentes, não se constituindo em juízo de valor quanto à adequação dos registros contábeis, em face da ausência de habilitação profissional técnica da Controladora que subscreve o parecer.

Ante ao exposto, até a presente data, em nossa opinião, com base no exercício da atividade, a referida prestação de contas encontra-se **REGULAR**.

Iconha/ES, 21 de março de 2024.

Neidiane Vieira Coelho
Controladora Interna
(Assinado digitalmente)